

ENTREVISTA – SUBJETIVIDADE E FENÔMENOS SOCIAIS

INTERVIEW – SUBJECTIVITY AND SOCIAL PHENOMENON

Joyce Pescarolo: Quando, historicamente, podemos falar em subjetividade?

Roberta Kafrouni: Podemos considerar que desde que se começou a discutir um modo de se chegar a um conhecimento confiável. Galileu, ao questionar as bases da autoridade do conhecimento, impulsionou o desenvolvimento da ciência; e Descartes, ao dar forma ao dilema mente/corpo, deu início à discussão subjetividade/objetividade. Os filósofos que se seguiram tentaram de uma forma ou outra estabelecer a possibilidade de se chegar a um conhecimento confiável. Por fim, o conhecimento científico foi relacionado à objetividade, supostamente em oposição à subjetividade, que seria o terreno da incerteza, da distorção, das emoções, algo que atrapalharia o pensamento lógico (que seria o modo correto de pensar). Então temos dicotomias: objetividade/subjetividade, pensamento lógico/emoções – esta última já presente desde o nascimento da Universidade com a separação entre Lógica e Retórica.

Joyce Pescarolo: O que você entende por subjetividade e qual relação existe entre subjetividade e indivíduo/individualidade?

Roberta Kafrouni: Entendo que não se pode falar de subjetividade sem se considerar a objetividade, pois elas compõem um par dialético de modo que não se pode falar de uma sem a outra. A objetividade é a dimensão concreta da realidade sobre a qual o sujeito age, mas quando o sujeito age sobre a realidade (objetivamente) ele cria uma objetividade que contém a subjetividade de sua ação. Desse modo, a objetividade contém a subjetividade. Por outro lado, a objetividade age sobre o sujeito e o constitui; assim, a subjetividade também contém objetividade. Todo sujeito apreende a realidade objetiva de forma particular e produz e age de forma particular sobre a realidade. Neste processo de apropriação e produção da objetividade o sujeito constrói sua individualidade, mas sempre em interação com os outros, pois, da mesma forma que objetividade e subjetividade formam um par dialético, indivíduo e sociedade também estão em relação dialética: não é possível definir um sem o outro. Os fenômenos sociais são aspectos constituintes da subjetividade, ao mesmo tempo em que não se pode negar que os fenômenos sociais também são, em parte, produzidos por sujeitos em interação.

Joyce Pescarolo: Quando você fala da dialética das relações entre indivíduo e sociedade, você quer dizer que ao mesmo tempo em que existe uma tensão, existe uma forma de conciliação cujo resultado modifica a sociedade e o indivíduo? Explique melhor isso.

Roberta Kafrouni: Falar de dialética implica em reconhecer uma relação de dupla constituição, em que o indivíduo é constituído pela sociedade ao mesmo tempo que é constituinte dela. Mas a dialética também pressupõe contradição. Portanto, há tensão entre indivíduo e sociedade, que são os dois elementos desse par dialético. Outro pressuposto da dialética é que o movimento faz parte da realidade, de modo que sociedade e indivíduo estão em relação de mútua constituição – e essa relação é dinâmica.

Joyce Pescarolo: O tema da subjetividade é estudado por você a partir dos referenciais da Psicologia Sócio-histórica, certo? Qual é o viés que essa linha teórica toma ao falar de subjetividade e por que você compreende que ela tem boas ferramentas para compreender tal conceito?

Roberta Kafrouni: A perspectiva histórico-cultural parte de uma base epistemológica materialista histórico-dialética. Assim, a subjetividade nunca é vista como algo isolado da realidade social, objetiva. Ela é constituída pela realidade social, mas não determinada por ela. Isso significa que o ser humano é visto como ativo sobre a realidade, capaz de transformá-la e, neste processo, transformar a si mesmo.

Joyce Pescarolo: Como podemos então relacionar as bases materiais com a questão da objetividade? O que seriam essas bases materiais sobre as quais sociedade e indivíduo se constituem?

Roberta Kafrouni: Acho importante não fazer confusão entre bases materiais e objetividade. Objetividade é tudo que é produzido socialmente. Neste sentido, relações sociais são objetivas, os modos de expressão social são objetivos. As bases materiais são um elemento constituinte da realidade. Essa compreensão é importante para não sermos conduzidos a conclusões equivocadas como, por exemplo, a determinação econômica (porque material) dos fenômenos sociais, o que pode resultar em concepções preconceituosas, como a explicação de um determinado comportamento do sujeito pelo fato deste ser pobre ou rico. Portanto, não se pode imaginar que as bases materiais são a causa da sociedade: a atividade do homem é que constitui formas de relação social, e esses modos de relação participam da constituição subjetiva dos indivíduos. Entretanto, participar como constituinte não é o mesmo que determinar, como se fosse uma relação mecânica entre causa e efeito.

Joyce Pescarolo: Como compreender a questão da dimensão histórica na perspectiva histórico-cultural?

Roberta Kafrouni: Pode-se dizer que histórico implica a atividade humana sobre a realidade na satisfação de suas necessidades, mas não só na sua satisfação, também na criação da necessidade. Por exemplo, 50 anos atrás as crianças brincavam na rua e com brinquedos feitos, na maior parte das vezes, de pano ou de madeira. Esses objetos satisfaziam as necessidades, mas com o desenvolvimento social, novas tecnologias foram desenvolvidas e outras necessidades foram criadas. Hoje o modo como as crianças brincam e com o que brincam é muito diferente. Esse processo é histórico. De modo que sempre que consideramos a subjetividade, como um todo, isso envolve pensamento, emoção, comportamento, consciência etc.: precisamos levar em consideração que esta se processa num momento histórico específico que constitui necessidades específicas, significados compartilhados naquele momento histórico, modos de relação específicos e todos esses participam da constituição do sujeito. Essa conjuntura histórica é resultante de um processo histórico, logo, é necessário considerar o modo de constituição desta conjuntura histórica para entender o sujeito que nela se insere.

Joyce Pescarolo: Qual é o processo através do qual alguém se torna sujeito para Lev Vygotsky?

Roberta Kafrouni: Vygotsky não desenvolveu em sua obra o conceito de subjetividade, mas ele deu elementos teóricos suficientes para isso. Alguns conceitos podem indicar o processo de constituição do sujeito. Primeiro de tudo o sujeito se constitui na atividade conjunta. Toda criança que vem ao mundo está sujeita a práticas culturais e está em constante contato por significados socialmente elaborados. O sujeito se apropria dessas práticas e significados de forma interativa, mas faz isso de forma particular. No fim de sua produção, Vygotsky desenvolve o conceito de sentido. O sentido é uma produção simbólico-afetiva particular do sujeito que se articula com os significados compartilhados socialmente. O processo de tornar-se sujeito é contínuo e está em constante transformação.

Joyce Pescarolo: Sabemos que é sempre motivo de certa tensão administrar nossa subjetividade mediante as pressões exercidas pelo mundo social. Como é possível desenvolver nossa subjetividade frente às fortes coerções sociais que operam sobre nós?

Roberta Kafrouni: Certamente na sociedade existe uma pressão para a padronização que interfere na constituição da subjetividade. Frequentemente não há espaço para a produção de novos sentidos frente à realidade. Contudo, uma vez que a subjetividade é constituída simbólica e afetivamente, e objetivada no meio social, a apropriação dos meios simbólicos, o desenvolvimento afetivo e a participação social oferecem condições favoráveis ao desenvolvimento da subjetividade.

Joyce Pescarolo: Como escapar ao determinismo social? Ou seja, como é possível tornar-se sujeito de nossas próprias experiências e como isso está relacionado com a consciência?

Roberta Kafrouni: Por meio da reflexão sobre o meio social, esta reflexão não se faz individualmente, nem de forma abstrata, mas sim através da atividade grupal. É por meio da interação e participação no grupo que se pode aprofundar a compreensão sobre a realidade social e sobre si mesmo – o que poderíamos chamar de desenvolvimento da consciência crítica. Esta compreensão permite entender o que nos determina a agir com mais autonomia, desenvolvendo não só a identidade social, mas também a individual, visto que elas se determinam mutuamente.

Joyce Pescarolo: Quando podemos avaliar que alguém se tornou sujeito de sua vida? Isso é uma conquista ou todos nós somos sujeitos em certa medida?

Roberta Kafrouni: Em certa medida, todos somos sujeitos, porque nos apropriamos de forma particular da realidade e agimos sobre ela. Mas uma dimensão da subjetividade que é importante notar é nossa capacidade de produzir novos sentidos frente à realidade. Esta capacidade pode estar diminuída por uma série de condições, de modo que o sujeito pode se encontrar numa situação em que não tem muita capacidade de produzir novos sentidos pessoais diante dos desafios da realidade. González Rey, um autor da Psicologia Histórico-cultural, coloca que a saúde do sujeito envolve sua capacidade de produzir novos sentidos diante da vida. Essa produção inovadora de sentidos não é mera abstração, pois os sentidos estão envolvidos com a atividade do sujeito. Eu diria que essa capacidade corresponde ao fortalecimento da subjetividade ou ao tornar-se sujeito.

Joyce Pescarolo: Por fim, qual a importância do estudo da subjetividade para a Psicologia Social e Comunitária?

Roberta Kafrouni: É fundamental. Não podemos esquecer que a Psicologia é a Ciência do sujeito e da subjetividade. Isso é importante principalmente porque a Psicologia Social corre o risco de se tornar abstrata e desconsiderar o fato de que os fenômenos sociais só são realmente apreendidos quando consideramos a experiência concreta de indivíduos reais, e não do “ser humano médio”. Por isso, não esquecer da subjetividade é importante. A Psicologia Comunitária, tendo sido derivada da Psicologia Social, beneficia-se da concepção de subjetividade porque a transformação da comunidade depende da consideração da dimensão subjetiva da transformação, pois esta é resultado da ação de sujeitos concretos sobre uma realidade situada histórica e espacialmente.

Roberta Sant’Anna Kafrouni
Doutora em Psicologia Social pela PUCSP
Professora do curso de Psicologia da UFPR
E-mail: rkbeta@hotmail.com

Joyce Kelly Pescarolo
Doutora em Sociologia pela UFPR
Professora dos cursos de Psicologia e Pedagogia da FAE Centro Universitário
E-mail: joyce.pescarolo@fae.edu